

O NACIONAL POPULISMO E O DESAFIO AO *MAINSTREAM* OCIDENTAL: as democracias liberais do século XXI estão ameaçadas?

Rilary Patricia Silva e Souza Araújo¹

Resumo

Esta pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento central: as democracias liberais do século XXI estão ameaçadas pelo atual fenômeno do nacional populismo? E acaso a resposta seja afirmativa, o sistema democrático brasileiro também está ameaçado? Assim, inicialmente procura-se elucidar a democracia liberal na contemporaneidade para, então, partir para uma breve análise do populismo e posteriormente investigar se a variante populista aqui analisada, a se dizer o nacional populismo, realmente constitui uma ameaça ao sistema democrático ocidental. Por fim, essas reflexões principais desaguam na possível relação entre os elementos supracitados e o cenário político que marca a sociedade brasileira contemporânea, especificamente a partir dos eventos nacionais que culminaram na eleição de Jair Messias Bolsonaro. Em sentido metodológico, o texto aborda suas fontes qualitativamente, de modo que se garanta a busca por percepções diversas e especializadas sobre a potencial ameaça à democracia liberal contemporânea, sem perder de vista o cenário brasileiro, buscando garantir, assim, espaço para interpretações alternativas.

Palavras-chave: Democracias liberais; Direita política; Nacional populismo; Política de identidade.

Abstract

This research intends to answer the following central question: are the liberal democracies of the 21st century threatened by the current phenomenon of national populism? And if the answer is affirmative, is the Brazilian democratic system also threatened? Thus, initially, we seek to elucidate liberal democracy in contemporary times, then proceed to a brief analysis of populism and later investigate whether the populist variant analyzed here, namely national populism, really constitutes a threat to the Western democratic system. Finally, these main reflections lead to the possible relationship between the aforementioned elements and the political scenario that marks contemporary Brazilian society, specifically from the national events that culminated in the election of Jair Messias Bolsonaro. In a methodological sense, the text approaches its sources qualitatively, in order to guarantee the search for diverse and specialized perceptions about the potential threat to contemporary liberal democracy, without losing sight of the Brazilian scenario, thus seeking to guarantee space for alternative interpretations.

Key words: Liberal democracies; Political right; National populism; Identity politics.

Introdução

Ao analisar os eventos históricos associados ao fim do comunismo e o crepúsculo da Guerra Fria (a queda do Muro de Berlim em 1989 e o colapso da URSS em 1991), o cientista

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, pela Universidade Evangélica de Goiás - UniEvangélica, sob a orientação do Prof. Me. Renzo Nery.

e economista político nipo-americano Francis Fukuyama anuncia, em seu ensaio paradigmático *The End Of History?*², a possibilidade de a humanidade estar prestes a vivenciar não somente o fim da guerra ideológica que marcou a Guerra Fria (capitalismo vs. socialismo), mas que esse “fim” se estenderia à própria história do desenvolvimento político da humanidade, ou seja, ao “fim da história”:

What we may be witnessing is not just the end of the Cold War, or the passing of a particular period of postwar history, but the end of history as such: that is, the end point of mankind's ideological evolution and the universalization of Western liberal democracy as the final form of human government.³ (FUKUYAMA, p.4, 1989).

Entretanto, o que se constata é que a hipótese de Fukuyama tem sido duramente criticada, mesmo dentro do espectro político do conservadorismo liberal estadunidense contemporâneo⁴. Uma das razões para as críticas recebidas pelo autor repousa na distância entre seus prognósticos políticos iniciais (inevitavelmente associados à obra que lhe fez famoso) e suas mais recentes análises acerca de um desenvolvimento político global que se intensifica na passagem do século XX para o XXI, a dizer, o fenômeno do nacional populismo⁵. Segundo o autor, esse seria um fenômeno presente em distintos processos eleitorais de

² Fukuyama publica o ensaio *The End of History?* no início de 1989, antes mesmo do fim da Guerra Fria, que se daria somente no final do ano predito. Três anos mais tarde, em 1992, o cientista político amplia seu artigo original e publica-o em formato de livro: *O Fim da História e o Último Homem*, ou, em inglês, *The End of History and The Last Man*. Esta pesquisa conta com as duas versões originais de ambos artigos e livro: FUKUYAMA, F. *The End of History?* **The National Interest**. N.16 (Summer 1989), pp. 3-18 (16 pages). E ainda: FUKUYAMA, F. **The End of History and The Last Man**. New York: Macmillan, 1992.

³ “O que possivelmente estamos testemunhando não é apenas o fim da Guerra Fria, ou a passagem de um determinado período da história do pós-guerra, mas o fim da história propriamente dita: ou seja, o ponto final da evolução ideológica humana e a universalização da democracia liberal ocidental como a forma final de governo da humanidade”. (FUKUYAMA, 1989, p.4). Tradução livre.

⁴ No ensaio *A Reply to My Critics*, Fukuyama afirma que grande parte das críticas ao seu artigo foi resultado de um “mal-entendido” de suas teses, declarando que interpretaram seu “fim da história” de forma literal, e não como um conceito de tradição hegeliana. Para um aprofundamento da discussão sobre as más interpretações das teses de Fukuyama, ver: FUKUYAMA, F. *A Reply to My Critics*. **The National Interest**. N.18 (Winter 1989/90), pp. 21-28 (8 pages). Importante ainda é a entrevista concedida por Fukuyama ao *New Perspectives Quarterly*, no inverno de 2010 (*The “End of History” 20 Years Later*. **NPQ**. Winter, 2010). Entre os assuntos mencionados nesta entrevista, Fukuyama é questionado a respeito da validade de suas teses 20 anos depois da data de publicação, e também sobre a validade dos argumentos de Samuel Huntington, antigo orientador de Fukuyama, responsável por elaborar a maior contestação ao ensaio *O Fim da História?* por meio da publicação de sua obra *O choque de civilizações* (1996).

⁵ O nacional-populismo é uma variante do populismo que se manifesta por meio de um viés populista neoclássico de direita e tem sido característico de candidatos e partidos da oposição em democracias consolidadas no século XXI. (FINCHELSTEIN, 2019). Nas páginas seguintes, a pesquisa apresenta uma compacta genealogia histórica e teórica do populismo e sua variante aqui analisada, a se dizer, o nacional populismo.

democracias liberais tidas como referenciais à tradição política ocidental, a exemplo das eleições de 2016 nos Estados Unidos da América e no Reino Unido.

Fukuyama não está sozinho no abandono dos (seus próprios) prognósticos otimistas que marcaram a ala liberal de sua geração, acerca da suposta “marcha” triunfal da democracia⁶. Steven Levitsky e Daniel Ziblatt na obra *Como as Democracias Morrem* (2018), abordam o contexto do crepúsculo democrático em várias partes do mundo, com destaque para a crise política estadunidense após a eleição de Donald Trump.

Na predita obra, os autores afirmam que golpes de Estado não são a única forma de “matar” uma democracia. As democracias podem morrer, também, pelas mãos de líderes democraticamente eleitos:

É assim que tendemos a pensar na morte de democracias: nas mãos de homens armados. Durante a Guerra Fria, golpes de Estado foram responsáveis por quase três em cada quatro colapsos democráticos. As democracias em países como Argentina, Brasil, Gana, Grécia, Guatemala, Nigéria, Paquistão, Peru, República Dominicana, Tailândia, Turquia e Uruguai morreram dessa maneira. Mais recentemente, golpes militares derrubaram o presidente egípcio Mohamed Morsi em 2013 e a primeira-ministra tailandesa Yingluck Shinawatra em 2014. Em todos esses casos, a democracia se desfez de maneira espetacular, através do poder e da coerção militares. (LEVITSKY; ZIBLATT, p.10, 2018).

Ainda na esteira dessa argumentação, os autores afirmam:

Porém, há outra maneira de arruinar uma democracia. É menos dramática, mas igualmente destrutiva. Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos – presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder. Alguns desses líderes desmantelam a democracia rapidamente, como fez Hitler na sequência do incêndio do Reichstag em 1933 na Alemanha. Com mais frequência, porém, as democracias decaem aos poucos, em etapas que mal chegam a ser visíveis. (LEVITSKY; ZIBLATT, p.10, 2018).

A despeito das diferenças entre as especificidades analíticas dos três autores supracitados, pode-se localizar uma preocupação comum a todos: a suspeita de que a principal

⁶ É justo ressaltar que durante as décadas supracitadas, Fukuyama não cessou suas publicações. Em 2018, por exemplo, publicou o artigo *Against Identity Politics: the New Tribalism and the Crisis of Democracy* na renomada revista *Foreign Affairs*, no qual ele aborda a “política identitária” nos Estados Unidos da América e no mundo, e de que forma este “conceito mestre das relações internacionais” contemporâneas tornou-se essencial para explicar grande parte do que está acontecendo nos assuntos globais. Este é um tema a que o autor tem se dedicado bastante nos últimos anos; e, inclusive, originou um de seus últimos livros: *Identity: the Demand for Dignity and The Politics of Resentment* (2018). Ademais, o autor escreveu livros na última década nos quais revisa e, em certa medida, afasta-se da obra que lhe rendeu conhecimento, a dizer, *As Origens da Ordem Política: dos tempos pré-humanos até a Revolução Francesa* (2011) e *Ordem e decadência política: da revolução industrial à globalização da democracia* (2014).

ameaça às democracias liberais contemporâneas são os denominados movimentos “nacional populistas”.

A democracia liberal na virada do século XX

Com a queda da União Soviética e o fim da Guerra Fria em 1991, o comunismo fora vencido, marcando a vitória incontestável (“*an unabashed victory*”, nas palavras de Fukuyama) do liberalismo sobre todos os demais sistemas político-econômicos do século XX (FUKUYAMA, 1989). Esse “triunfo” da democracia liberal seria ainda reforçado, em sentido acadêmico e editorial, pelo conceito de “terceira onda”, por sua vez cunhado por Samuel Huntington com o intuito de explicar a onda de democratização global que ocorreu entre 1974 e 1990.⁷

A Terceira Onda começou com as transições democráticas na Espanha e em Portugal no início dos anos 1970, continuou até o fim do governo militar na Grécia e na Turquia, seguida por uma série de países latino-americanos como Brasil, Argentina, Peru, Bolívia e Chile; passou para a Ásia com a democratização das Filipinas, da Coreia do Sul e de Taiwan e culminou com o colapso do comunismo e o retorno à democracia na Europa Oriental e em alguns dos Estados sucessores da antiga União Soviética. (FUKUYAMA, p.415, 2018).

A partir da Terceira Onda, países, onde anteriormente vigoraram ditaduras, passaram a ter liberdade econômica e o poder de escolher seus representantes por meio de eleições livres. Isso teria sido possível graças ao processo de democratização e a consequente modernização dos Estados, fatores geradores de uma mobilização social de grupos organizados⁸ que, em razão do maior acesso à educação e à informação, passaram a ser mais ativos no sistema político (FUKUYAMA, 2018).

No entanto, é possível constatar o surgimento de uma recessão democrática na primeira década do século XXI. Apesar de alguns intelectuais terem interpretado a Primavera Árabe como o início de uma “Quarta Onda”, os recuos democráticos que desestabilizaram ou simplesmente destruíram países como o Egito, a Síria e a Líbia mostraram que eram

⁷ Ver HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda**: a democratização no final do século XX. Trad. Sergio Goes de Paula. São Paulo: Editora Ática S.A., 1994.

⁸ A mencionada mobilização social acontece por intermédio de uma nova classe social, a *classe média*, que é produto do desenvolvimento econômico e político. Essa classe reflete as mudanças iniciadas na Revolução Industrial, pois comprova que com o crescimento econômico vem o senso de coletividade e a demanda pelos direitos de participação em atividades políticas. Dessa forma, subentende-se que a classe média é condição *sinequanon* para que exista a democracia, pois numa sociedade onde não existem extremos (ou seja, nem indivíduos extremamente ricos ou extremamente pobres), as chances de uma democracia ter êxito são mais elevadas (FUKUYAMA, 2018).

baixíssimas as probabilidades de que isso, de fato, se realizaria. É surpreendente ler o que o próprio autor de o “fim da história”, em fase revisada e madura, tem dito sobre o otimismo liberal que marcou o final do século XX.

A terceira onda chegou ao auge no final dos anos 1990 e surgiu uma 'recessão democrática' na primeira década do século XXI. Aproximadamente um em cada cinco países que haviam feito parte da terceira onda ou reverteu ao autoritarismo ou sofreu um forte desgaste das instituições democráticas. A *Freedom House* observou que 2009 marcou o quarto ano consecutivo de declínio da liberdade em todo o mundo, a primeira vez que isso havia acontecido desde que ela estabeleceu suas medidas de liberdade em 1973. (FUKUYAMA, p.17, 2013).

Como é possível notar, no início dos anos 2000, produz-se uma espécie de “angústia política” oriunda da estagnação do surgimento de novos sistemas democráticos e, em especial, da constatação do recuo da democracia nos países que fizeram parte da Terceira Onda, um processo que Fukuyama recentemente classificou terminologicamente como *political decay*, ou “declínio político”⁹ (FUKUYAMA, 2013).

Entretanto, ao analisar o cenário político recente, a preocupação com as democracias agrava-se ainda mais. O triunfo do nacional populismo nas eleições de 2016 nos Estados Unidos da América foi um acontecimento surpreendente, visto que o país mencionado é considerado o berço da democracia moderna. Esse episódio parece impor uma dúvida radical no que diz respeito ao presente (e ao futuro) do sistema político (democracia) e econômico (liberalismo) mais bem sucedido do século XX, pois, a partir de então, abriu-se a possibilidade de que mesmo as democracias mais consolidadas do ocidente não estão imunes ao declínio político.

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, na obra *Como as Democracias Morrem* (2018), sugerem outras maneiras pelas quais uma democracia pode colapsar. Não seriam mais necessárias, segundo os autores, medidas tão evidentes como um golpe de Estado, a suspensão ou abandono da Constituição, ou o exílio ou morte de um chefe de Estado para que um regime autoritário seja instaurado. A subversão da democracia pode ocorrer de maneira extremamente sutil, gradativa, quase que imperceptível à população, uma vez que se utiliza da própria via eleitoral para a realização desse processo (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

⁹ O declínio político ocorre quando os sistemas políticos não conseguem se ajustar às circunstâncias que mudam. Existe uma espécie de lei da conservação das instituições. O ser humano é, por natureza, um animal que segue regras; nasce para obedecer a normas sociais que vê a sua volta e cerca essas regras de significados e valores com frequência transcendentais. Quando o ambiente muda e surgem novos desafios, costuma haver uma disjunção entre as instituições existentes e as necessidades presentes. Essas instituições são apoiadas por legiões de interessados conservadores, que se opõem a qualquer mudança fundamental. (FUKUYAMA, p.21-22, 2013).

Assim, observa-se que hodiernamente a morte das democracias ocorre por meios democráticos:

Muitos esforços do governo para subverter a democracia são ‘legais’, no sentido de que são aprovados pelo Legislativo ou aceitos pelos tribunais. Eles podem até mesmo ser retratados como esforços para aperfeiçoar a democracia – tornar o Judiciário mais eficiente, combater a corrupção ou limpar o processo eleitoral. Os jornais continuam a ser publicados, mas são comprados ou intimidados e levados a se autocensurar. Os cidadãos continuam a criticar o governo, mas muitas vezes se veem envolvidos em problemas com impostos ou outras questões legais. Isso cria perplexidade e confusão nas pessoas. Elas não compreendem imediatamente o que está acontecendo. Muitos continuam a acreditar que estão vivendo sob uma democracia. (LEVITSKY; ZIBLATT, p.12, 2018).

O discurso de modificar o cenário político por meio de um “esforço de aperfeiçoar a democracia” fortificou-se ferozmente nas eleições estadunidenses de 2016, diante da insatisfação popular com a classe política de seu país. No entanto, a questão dos Estados Unidos vai muito além, haja vista abranger, também, uma polarização sectária extrema, adentrando questões de cultura, raça e religião.

A devoção por uma ideologia e o ímpeto de ganhar por qualquer preço fez que o Partido Republicano incentivasse a candidatura de Donald Trump, um empresário milionário e assumido *outsider* político. Dessa forma, os autores supracitados argumentam que o partido teria traído seu compromisso supremo para com o sistema de freios e contrapesos norte-americano¹⁰, enfraquecendo, conseqüentemente, as bases da democracia (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

O declínio político das democracias liberais no século XXI e a conseqüente ascensão do nacional populismo tornaram o debate a respeito do regime populista parte da agenda dos assuntos políticos internacionais. Por esse motivo, antes de explorar o fenômeno do nacional populismo, faz-se necessário compreender o movimento que o originou: a se dizer, o populismo.

Contextualizando o populismo

¹⁰ As democracias funcionam melhor – e sobrevivem mais tempo – onde as constituições são reforçadas por normas democráticas não escritas. Duas normas básicas preservaram os freios e contrapesos dos Estados Unidos, a ponto de tomarmos-las como naturais: a tolerância mútua, ou o entendimento de que partes concorrentes se aceitem umas às outras como rivais legítimas, e a contenção, ou a ideia de que os políticos devem ser comedidos ao fazerem uso de suas prerrogativas institucionais. (LEVITSKY e ZIBLATT, p.14, 2018).

Os primeiros sintomas do regime populista manifestaram-se na América Latina por meio do populismo clássico de Juan Perón na Argentina em 1946. A segunda Era Vargas no Brasil¹¹ (1951-1954) foi outro exemplo de populismo clássico, e este regime passou ainda por diversas fases: o populismo neoliberal brasileiro de Fernando Collor de Mello (1990 – 1992), o neoclássico de esquerda de Hugo Chávez na Venezuela (1999 – 2013) e o neoclássico de direita peronista da década de 1970.

Apesar de oscilar entre direita e esquerda, todas essas ramificações do populismo compartilham características comuns. São elas: uma teologia política enraizada na exaltação de um líder carismático e de perfil messiânico; uma manifestação radical do nacionalismo; a aversão ao pluralismo e à tolerância política; uma crença na ideia de que os líderes são a personificação da voz e vontade do povo; e a distinta defesa de uma democracia antiliberal, em que existem eleições livres e um autoritarismo que rejeita a ditadura, pelo menos na prática (FINCHELSTEIN, 2019).

Sendo assim, Federico Finchelstein¹² argumenta que o populismo seria uma “reformulação do fascismo”:

Como o fascismo, o populismo não era um sucedâneo de outra política. Os populistas não eram simples mensageiros do povo, mas interventores por direito. Como os regimes fascistas antes deles, os regimes populistas atuavam e decidiam em nome do povo, mas através de meios democráticos. Em outras palavras, o populismo não foi um mero parêntesis na história. Mais do que uma forma democrática de fascismo, o populismo era um novo fenômeno político para uma nova era na história. (FINCHELSTEIN, p.132, 2019).

Em sua obra, Finchelstein critica as abordagens simplistas, que buscam uma definição absoluta e resumida do movimento populista, e aborda a contradição e a complexidade históricas desse fenômeno político. Segundo uma das teorias do populismo, este se apresenta como uma forma autoritária de democracia que, apesar de possuir traços do regime ditatorial em suas bases, não se configura como uma ditadura.

Essa contradição repousa nas raízes herdadas do fascismo pelo populismo que, ao mesmo tempo em que rejeita o modelo ditatorial de massas fascista, absorve algumas

¹¹ Mais adiante, no tópico *Brasil: o líder carismático se apresenta como “salvador da Pátria”*, o contexto histórico que compreende a Era Vargas será brevemente recapitulado com o intuito de apontar que os sintomas do populismo, como a política de massas e a presença de um líder carismático, há muito permeiam os cenários político e social do país. Posteriormente esses sintomas serão identificados na atual conjuntura do Brasil, analisando também a influência exercida pelo nacional populismo no panorama brasileiro.

¹² Do fascismo ao populismo na história, 2019.

características desse período, como a defesa de uma relação direta entre o líder e o povo (FINCHELSTEIN, 2019).

Para os teóricos políticos defensores dessa tese, outros fatores que geram complexidade são os ataques as instituições, órgãos imprescindíveis para salvaguardar a democracia, além de uma forte presença do antiliberalismo no populismo (FINCHELSTEIN, 2019).

Os intelectuais que simpatizam com essa teoria percebem o populismo como uma “patologia” da democracia:

Para Rosanvallon, o populismo é uma patologia específica contrária à democracia. Reduz a democracia a um circo cheio de conotações apocalípticas. Sua análise funcional considera o populismo uma ‘forma de manifestação política em que o projeto democrático se deixa absorver e ser completamente vampirizado pela contrademocracia’. (FINCHELSTEIN, p. 163, 2019 apud. ROSANVALLON, p. 262).

Em contraste à tese apresentada, há também uma corrente populista que percebe o movimento simplesmente como uma forma de oposição às democracias liberais:

Essa perspectiva é compartilhada por Canovan (1999), que relaciona positivamente a ideia de populismo à de democracia. Para ela, o populismo é latente nas democracias e, nestas, sempre haverá espaços para ele. A autora inglesa defenderá que os fenômenos contemporâneos populistas – ainda que muitas vezes não reconhecidos como tal – podem representar o apelo do povo contra as instituições e expor suas demandas. (CARVALHO; CERVI, p.89, 2018).

Levando em conta as teses supracitadas, é possível notar que o populismo é um movimento complexo que divide opiniões. Alguns autores defendem que esse fenômeno seria de natureza antidemocrática, enquanto outros argumentam que é uma resposta natural a crise das democracias do século XXI.

No tópico seguinte será possível analisar que essa complexidade também se faz presente no nacional populismo. Alguns líderes flertam com uma tendência mais autoritária desse movimento, enquanto outros procuram apenas representar uma parcela da população que se sente esquecida pelo próprio governo.

A ascensão do nacional populismo

Como visto no tópico *A democracia liberal na virada do século XX*, na teoria, a classe média é um fator essencial para a existência das democracias. Todavia, na prática é bastante

diferente. A democracia liberal tem minimizado a participação das massas, especialmente nos últimos anos, e essa distância entre a elite democrática e o povo gerou grande insatisfação nos cidadãos comuns que passaram a desconfiar dos políticos e da legitimidade das instituições, além de sentirem-se negligenciados pelo sistema.

Essa contrariedade resultou numa oportunidade para o surgimento do nacional populismo, movimento populista com viés de direita no qual os líderes eleitos defendem um nacionalismo exacerbado e prometem dar voz aos grupos que se sentem desprezados pelo governo de seus países (EATWELL; GOODWIN, 2020).

Apesar de ter se popularizado após a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, essa ideologia faz-se presente no cenário político global desde os primeiros anos do século XXI:

Os nacional-populistas emergiram muito antes da crise financeira que irrompeu em 2008 e da Grande Recessão que se seguiu. Seus apoiadores são mais diversos que o estereotípico 'velho branco e raivoso', que, como nos dizem frequentemente, logo será substituído por uma nova geração de millenials tolerantes. O Bre-xit e Trump na verdade se seguiram à muito anterior ascensão dos nacional-populistas em toda a Europa, como Marine Le Pen na França, Matteo Salvini na Itália e Viktor Orbán na Hungria. Eles fazem parte de uma revolta crescente contra a política e os valores liberais convencionais. (EATWELL; GOODWIN, p.7, 2020).

Evidentemente o nacional populismo tem se apresentado como um desafio ao pensamento convencional ocidental. Existem defensores desse movimento que flertam com ideais antidemocráticas, como é o caso de Viktor Orbán, defensor da criação de uma democracia "não liberal", cenário que traria sérias preocupações para as liberdades democráticas.

Contudo, na contramão desse pensamento, a maior parte dos eleitores nacional-populistas defendem apenas a ideia de uma democracia mais direta, na qual os políticos priorizem mais os interesses do povo e menos os das elites políticas. Logo, apesar de alguns simpatizantes desse movimento serem favoráveis à destituição das instituições democráticas, a maioria é a favor da democracia, mas possui uma aflição compreensível no tocante à distância entre as instituições e os cidadãos comuns (EATWELL; GOODWIN, 2020).

O nacional populismo também discute ansiedades públicas de diferentes áreas, por exemplo, a questão da imigração e a conseqüente "supermudança étnica", o globalismo, e a sensação de negligência experimentada pelo povo hodiernamente, assunto que está

profundamente relacionado à política de identidade, conceito amplamente estudado por Fukuyama.¹³

Para compreender essa relação entre a política de identidade e o nacional populismo, faz-se necessário analisar e comparar o espectro político do século passado e do atual. A política do século XX teve como questão central a economia: a esquerda focou na pauta dos trabalhadores e dos sindicatos, enquanto a direita se ateve a reduzir a intervenção do Estado na economia, visando à promoção do setor privado (FUKUYAMA, 2018).

Porém, atualmente, as prioridades mudaram. A esquerda se preocupa em promover os interesses de minorias étnicas, imigrantes, refugiados, mulheres e a comunidade LGBTQIA+, ao mesmo tempo que a direita tem como objetivo principal a “proteção patriótica da identidade nacional tradicional”, o que geralmente está diretamente relacionado a questões de raça, etnicidade e de religião (FUKUYAMA, 2018).

Logo antes de Trump chegar à Casa Branca, mais da metade dos americanos brancos sem diploma sentia que Washington não os representava, assim como, logo antes da vitória do Brexit, quase um em cada dois trabalhadores britânicos sentia que ‘pessoas como eles’ já não tinham voz no diálogo nacional. (EATWELL; GOODWIN, p.7, 2020).

A maioria das democracias liberais ocidentais têm experimentado um ressentimento por parte da população que, constantemente, sente uma falta de reconhecimento para com sua identidade. Em suma, existe um conflito de representatividade, pois para que um grupo se sinta representado, o outro terá a sensação de que perdeu seu lugar na sociedade.

No que diz respeito a política de identidade, característica evidente dos atuais movimentos nacional populistas, afirma Fukuyama:

That leaves modern liberal democracies facing an important challenge. Globalization has brought rapid economic and social change and made these societies far more diverse, creating demands for recognition on the part of groups that were once invisible to mainstream society. These demands have led to a backlash among other groups, which are feeling a loss of status and a sense of displacement. Democratic societies are fracturing into segments based on ever-narrower identities, threatening the possibility of deliberation and collective action by society as a whole.¹⁴ (FUKUYAMA, p.4, 2018).

¹³ Ver: FUKUYAMA, F. Against Identity Politics: The New Tribalism and the Crises of Democracy. **Foreign Affairs**. Setembro/Outubro 2018.

¹⁴ “Isso deixa as democracias liberais modernas enfrentando um desafio importante. A globalização trouxe rápidas mudanças econômicas e sociais e tornou essas sociedades muito mais diversificadas, criando demandas de reconhecimento por parte de grupos que antes eram invisíveis para a sociedade dominante. Essas demandas levaram a uma repressão entre outros grupos, que estão sentindo uma perda de status e uma sensação de deslocamento. As sociedades democráticas estão se fragmentando em segmentos baseados em identidades cada

O Brasil é uma das democracias ocidentais que demonstrou flertar com essa progressiva onda nacional populista. Com base na política de identidade, traço característico do nacional populismo, nas eleições de 2018 os eleitores da direita votaram em Jair Messias Bolsonaro que, por meio de discursos polêmicos com direito a apologia a ditadura militar, falas homofóbicas e misóginas, prometia “retomar” os valores tradicionais cristãos no país e representar, dessa forma, o “cidadão de bem”.

Brasil: o líder carismático se apresenta como “salvador da Pátria”

Analisando o cenário político brasileiro é possível perceber que discursos marcados por um tom nacionalista de “fazer pelo bem” e a ideia de um líder de perfil carismático e messiânico que represente a voz e vontade do povo não são novidades. Embora a polarização sectária tenha se acentuado consideravelmente no Brasil nas eleições de 2018, principalmente devido a candidatura e triunfo de um político populista de direita (Jair Bolsonaro), é pertinente destacar que os sintomas do populismo estão enraizados na realidade política e social brasileira desde a Era Vargas.

A datar de a década de 1920, a economia agrária brasileira apresentava um declínio, cenário que facilitou a transição para a industrialização do país. Como consequência do processo de industrialização, a população das áreas rurais migrou para as cidades na tentativa de conseguir emprego nas fábricas, aumentando o contingente populacional urbano (FARIA, 2009).

Dessa forma, despontava uma nova classe social no Brasil, a se dizer a classe média operária. É válido ressaltar, no entanto, que havia um contraste entre a classe média e as denominadas “massas marginais”, compostas por indivíduos que viviam as margens da sociedade. Essa disparidade gerou a fragmentação das massas, além de resultar numa crescente desigualdade social (FARIA, 2009).

Apesar disso, é fato que o processo de industrialização engendrou o desenvolvimento econômico do Brasil, despertando uma consciência política na sociedade fruto desse novo panorama. E como já visto na pesquisa, essa percepção motiva a população a clamar por direitos democráticos e participação no cenário político:

vez mais estreitas, ameaçando a possibilidade de deliberação e ação coletiva da sociedade como um todo.” (FUKUYAMA, p.4, 2018). Tradução livre.

As classes médias, excluídas do sistema político, reivindicavam maior participação, o que fez com que a Revolução de 1930 fosse um movimento originário destas, que vinham descontentes com o Estado e como consequência almejavam uma mudança que abrisse portas do sistema político aos novos setores da população, observados nas grandes cidades. (FARIA, p.10, 2009).

As mudanças que ocorreram nos níveis básicos de educação e o acesso da população a questões políticas configuravam aspectos que demonstravam a inserção das massas (classe média) nas esferas política e social brasileiras. Considerando a política de massas como fundamento da *democracia populista*, é possível identificar que este regime se apresentou ao cenário político brasileiro por meio da Revolução de 1930, onde Getúlio Dorneles Vargas assumiu o poder utilizando o discurso de governar a pedido do povo (FARIA, 2009).

Nesse quadro político de políticas de massa os cidadãos buscaram o ideal de governo personalizado no líder dotado de carisma e que assumisse suas tarefas, mas que, em contrapartida, exigia obediência como forma de apoio a sua “missão”. O povo visou romper com os regulamentos e com as políticas formais e viam no “senhor carismático” aquele que podia revolucionar a ordem estabelecida e contestá-la a partir de um apelo a fraternidade, ao bem-comum e a justiça social. (FARIA, p.12, 2009).

Vargas constituiu um dos mais notórios exemplos de líder populista da história do Brasil. Nos registros de seus discursos¹⁵ repletos de carisma político, era perceptível sua bem sucedida estratégia de procurar manter uma relação direta com o povo, se apresentando como um verdadeiro herói nacional que visava proteger os interesses da nação como um todo, sem deixar margem para a fragmentação do cenário político e social da época (FARIA, 2009).

Palavras de efeito que causam furor diante das massas devem ser ditas por um comandante de pulso firme, com olhar atento e visão para adaptações que a modernidade exige. Distante do povo, o político não é capaz de mudar a ordem vigente em um Estado. Perto dele, no entanto, a responsabilidade assumida pelo discurso de “fazer pelo bem” caracteriza a figura pública como partícipe daquilo que um país almeja: um líder pragmático e que simbolize uma espécie de “ser heróico” para proteger a nação. Tais aspectos podem ser classificados como intrínsecos na busca pela inovação e pela sensibilidade em lidar com grande público. (FARIA, pg.13, 2009).

¹⁵ “Brasileiros! No alvorecer do novo ano, quando nas almas e nos corações se acende mais viva e crepitante a chama das alegrias e das esperanças e sentimentos mais forte e dominadora a aspiração de vencer, de realizar e progredir, venho comunicar-me convosco e falar, diretamente, a todos, sem distinções de classe, profissão ou hierarquia, para unidos e confraternizados, erguermos bem alto o pensamento, num voto irrevogável pela grandeza e pela felicidade do Brasil” (VARGAS, p.121, 1938).

Seguindo a esteira da argumentação apresentada, especificamente no que se relaciona ao mencionado discurso de “fazer pelo bem”, é interessante analisar o cenário político brasileiro contemporâneo. Desde suas primeiras falas públicas, Jair Messias Bolsonaro se apresentou como um patrono dos valores tradicionais inerentes aos denominados “cidadãos de bem”. Como consequência disso, a direita política atribuiu ao atual presidente da República a conotação de um verdadeiro messias, responsável pela missão de resgatar os preditos valores da família tradicional brasileira. Assim, a identidade daqueles que não se sentiam representados pela ideologia da esquerda poderia conquistar seu espaço no panorama brasileiro.

Ainda que a vitória de Bolsonaro esteja fortemente relacionada a suas observáveis características populistas, como a proposta de ser um “salvador da pátria”, diferente de Getúlio Vargas, seu perfil não pode ser considerado o de um líder plenamente carismático. Adotando a definição weberiana do PhD em ciência política Takis Pappas, o carisma político pode ser compreendido como um “tipo distinto de liderança legítima que é pessoal e visa a transformação radical de uma ordem institucional estabelecida” (IZUMI; MOREIRA; RICCI, p.11, 2021 apud. Pappas, 2016:3).

De acordo com essa definição, o carisma possui duas propriedades: o personalismo e o radicalismo, e ambas devem se manifestar no líder populista para que este apresente de fato um perfil carismático. O personalismo engloba a relação direta do líder com seus seguidores, num sentido praticamente messiânico, além da liderança inquestionável que deve existir dentro do partido. O primeiro ponto se faz presente na política de Bolsonaro, visto que o presidente conta com fiéis seguidores. Já o segundo ponto da característica em questão não se apresenta no governo analisado, pois este não possui um partido político consolidado.

Apesar do discurso que defende uma “nova política”, da constante deslegitimação de adversários e das instituições e da capacidade de mobilizar pessoas, Bolsonaro foi incapaz de gerenciar as relações com parte dos membros do Partido Social Liberal e, após um ano de governo, decidiu abandonar a sigla da qual dependeu para se eleger, embarcando, sem muito entusiasmo, na aventura de criar seu próprio partido. (IZUMI; MOREIRA; RICCI, p.12, 2021).

Em contrapartida, o radicalismo está diretamente ligado ao predito discurso da “deslegitimação de adversários e das instituições”, pois este atributo objetiva estabelecer uma nova ordem institucional através da deslegitimação do status quo vigente (IZUMI; MOREIRA; RICCI, 2021). É possível notar a presença dessa propriedade no governo de Jair Bolsonaro, uma vez que o presidente apresenta uma gama de discursos atacando as instituições

democráticas, fazendo apologia a torturadores e defendendo ditadores como Pinochet do Chile (BUGALHO, 2022).

A influência do nacional populismo no governo de Jair Messias Bolsonaro

Apesar de não ser entendido como um líder plenamente carismático, Jair Bolsonaro possui um perfil com fortes pontos do personalismo e radicalismo, apresentando um discurso populista de direita que flerta com o nacional populismo. Sua promessa de colocar um fim a corrupção no Brasil e a defesa do tradicionalismo geraram grande expectativa entre os saudosistas eleitores da direita política, que clamavam por uma maior representatividade de sua identidade. (EATWELL; GOODWIN, 2020).

No entanto, a direita defendida por Bolsonaro se enquadra como “radical”, mostrando-se diferente da “direita moderada” predominante no cenário político brasileiro desde a redemocratização do país. Enquanto a “direita moderada” preocupava-se com questões de cunho econômico, como reformas liberais e a privatização de empresas, a “direita radical” apresenta novas preocupações para além da economia, como a exaltação dos valores tradicionais e uma certa hostilidade ao sistema democrático (SANTOS; TANSCHHEIT, 2019).

Segundo o que afirmam os intelectuais Fabiano Santos e Talita Tanscheit¹⁶:

Para a análise do caso brasileiro, a “direita radical” pode ser inicialmente representada por três fatores: i) em relação à economia, por visão de orientação neoliberal, marcada por uma postura radicalmente não intervencionista do Estado no mercado; ii) em relação às desigualdades socioculturais, por pautas conservadoras no âmbito comportamental e pela defesa da ingerência do Estado nas escolhas privadas de indivíduos e famílias em questões relativas à orientação sexual, religiosa, cultural e educacional; iii) no âmbito da democracia, por hostilidade ao sistema político e à forma pela qual a representação política é desempenhada no país, buscando suprimir discursos e partidos políticos opositoristas. (SANTOS; TANSCHHEIT, pg.157, 2019).

Conforme visto anteriormente no tópico *A ascensão do nacional populismo*, o discurso econômico era considerado pauta central do cenário político no século XX. Contudo, nos dias de hoje a principal questão adotada pela direita repousa num discurso nacionalista que preza pela defesa do tradicionalismo. Assim, no Brasil o panorama não é diferente: os cidadãos simpatizantes desse espectro político enxergaram na “direita radical” apresentada por Bolsonaro a chance de recuperar sua identidade e representatividade políticas.

¹⁶ SANTOS, Fabiano; TANSCHHEIT, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. *colomb.int.*, Bogotá, n. 99, p. 151-186, July 2019.

Porém, devido ao acentuado conservadorismo presente no bolsonarismo e os constantes ataques as instituições e minorias representadas pela esquerda, como a comunidade LGBTQIA+ e o movimento feminista, surgiu a preocupação de o Brasil estar diante de uma nova forma de fascismo (BUGALHO, 2022).

Como já exposto outrora nesta pesquisa, o anti-institucionalismo configura-se como um atributo em comum entre o nacional populismo e o fascismo. Mas em que ponto esses conceitos se distanciam? Segundo argumentação de Federico Finchelstein, esses movimentos possuem posicionamentos distintos no tocante a violência política (FINCHELSTEIN, 2019).

Enquanto as democracias populistas estão mais próximas na prática de defender a necessidade da violência para consolidar o poder quando este é monopolizado mas não exercido pelo Estado, as ditaduras, sobretudo as fascistas, costumam não só monopolizar a violência mas também exercê-la extensivamente sobre os seus cidadãos, muitas vezes à revelia do Estado de Direito. Essa dimensão anti-institucional do governo ditatorial, que é crucial para o desencaqueamento da violência política, contrasta fortemente com a posição do populismo em relação à violência. (FINCHELSTEIN, p.213, 2019).

Logo, a partir da interpretação acima é interessante analisar o que pontua o colunista e escritor brasileiro Henry Bugalho a respeito do assunto em questão:

No Brasil, “fascista” foi e é usado primordialmente para rotular a direita política como um todo, desde uma direita fisiológica (o Centrão), passando pelos liberais, pelos conservadores, pelos militaristas, pela bancada da Bíblia, pelos monarquistas, pelos reacionários e, sem dúvida alguma, pelos próprios fascistas de fato, que englobam grupos extremados, como integralistas e neonazistas. (BUGALHO, p.4, 2022).

Dessa forma, é possível notar que a expressão *fascista* sofreu uma banalização, e passou a ser usada de maneira irrestrita para definir toda oposição política. Essa conjuntura pode proporcionar um risco real as democracias, pois quando a população destas estiver perante um verdadeiro fascista, talvez não seja capaz de reconhecê-lo como tal (BUGALHO, 2022).

É fundamental destacar que as ansiedades expostas também são comuns a outros sistemas democráticos que integram a crescente onda do nacional populismo. A polêmica eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, por exemplo, resultou em argumentos como o do intelectual canadense-americano Henry Giroux: “O pensamento fascista está em ascensão em todo o mundo, mas sua manifestação mais evidente e perigosa emergiu na administração Trump.” (EATWELL; GOODWIN, p. 34, 2020 apud. GIROUX, 2017).

Entretanto, na esteira do que anunciam os acadêmicos Matt Goodwin e Roger Eatwell:

Não vemos líderes como Trump, Bolsonaro, Le Pen ou Wilders como fascistas. Defendemos que eles são “nacional-populistas” que representam uma tradição de pensamento distinta no Ocidente. E achamos que esse corpo de pensamento precisa ser levado a sério. O nacional-populismo é uma ideologia que prioriza a cultura e os interesses da nação e promete dar voz a pessoas que sentem que foram negligenciadas e mesmo desdenhadas por elites distantes e frequentemente corruptas. (EATWELL; GOODWIN, p.36, 2020).

Em vista disso, apesar de existir uma minoria de neofascistas e neonazistas na direita política que realmente deseja a destituição das instituições democráticas, a maioria dos eleitores apenas critica a corrupção presente nas instituições e a distância latente entre estas e o povo (EATWELL; GOODWIN, 2020).

Considerações Finais

Frente a vitória da democracia liberal primeiramente sobre o fascismo e posteriormente sobre o comunismo, Francis Fukuyama elaborou sua famosa hipótese do “fim da história”, propondo que possivelmente a humanidade estaria diante da última forma de governo político que poderia existir (FUKUYAMA, 1989). A tese mencionada foi reforçada pela Terceira Onda de democratização, que atingiu seu ápice na década de 1990, quando mais de 60% dos países do globo eram democracias (FUKUYAMA, 2013).

Entretanto, a primeira década do século XXI marcou o “declínio político” do sistema democrático, fenômeno identificado, numa fase mais madura, pelo próprio Fukuyama que, num passado não distante, conjecturou que a democracia liberal poderia vir a ser o apogeu da evolução política humana (FUKUYAMA, 2013).

Outros intelectuais como Steven Levitsky e Daniel Ziblatt também abordam o retrocesso democrático no ocidente, pontuando que, ao contrário dos golpes de Estado que ocorreram no Brasil e Argentina nas décadas de 1960 e 1970 respectivamente, atualmente o caminho que leva o autoritarismo ao poderé muito mais sutil, pois os líderes democraticamente eleitos subvertem o processo democrático (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Assim, o recuo democrático nos países que fizeram parte da Terceira Onda e a estagnação do surgimento de novas democracias, originou uma fase extremamente atual de autoritarismo que surpreendentemente ganhou espaço até mesmo em democracias consolidadas, como é o caso dos Estados Unidos. A ascensão do nacional populismo, movimento variante do populismo que se manifesta através de um viés de direita, tem marcado o cenário político contemporâneo por meio de seu discurso nacionalista e tradicional que

promete dar voz a população que clama por sua identidade que se perdeu devido ao distanciamento entre as instituições elitizadas e o povo puro (EATWELL; GOODWIN, 2020).

A questão central desta pesquisa consiste em responder se o nacional populismo apresenta uma ameaça as democracias liberais do século XXI, e se a democracia brasileira também estaria ameaçada. De fato, o nacional populismo tem se mostrado um desafio ao *mainstream* ocidental. Alguns simpatizantes desse movimento apoiam explicitamente a subversão das instituições democráticas, como é o caso de Viktor Orbán. Contudo, a maioria dos nacional-populistas apenas defendem uma democracia mais direta, demonstrando uma compreensível ansiedade em relação a predita distância entre as instituições e o povo (EATWELL; GOODWIN, 2020).

Outra aflição apresentada pelo nacional populismo é o ressentimento da população para com a maior parte das democracias atuais, por não se sentirem representados no cenário político. Esse fator está diretamente relacionado a política de identidade, conceito amplamente estudado por Fukuyama. Na conjuntura política atual, a esquerda se preocupa em defender os interesses das minorias, enquanto a direita procura promover a defesa dos valores patrióticos tradicionais. E visto que o nacional populismo é um movimento de direita, os apoiadores desse sistema estão superando o ressentimento em relação aos seus respectivos Estados, pois sentem que estão voltando a ter representatividade no cenário nacional (FUKUYAMA, 2018).

No tocante ao cenário brasileiro, é possível identificar que um traço nacional populista se manifesta por meio da política de identidade. Os eleitores da direita política se identificaram com o discurso de Jair Bolsonaro, e atribuíram ao presidente o título de “salvador da Pátria”, visto que Bolsonaro seria responsável pela missão de resgatar os valores nacionais tradicionais do país. Uma característica que deve ser inerente ao tipo de representante que Jair se propôs a ser é o carisma político, essencial para que um líder seja considerado, de fato, populista. Diferente de Getúlio Vargas, um dos líderes populistas que mais irradiou carisma na história do Brasil, Bolsonaro não é considerado plenamente carismático (IZUMI; MOREIRA; RICCI, 2021).

Apesar disso, Jair possui um perfil com fortes pontos do personalismo e radicalismo, apresentando um discurso populista de direita que flerta com o nacional populismo. Em relação ao radicalismo e o conseqüente discurso da deslegitimação das instituições democráticas, surge a preocupação de que o governo Bolsonaro se apresente como uma nova forma de fascismo (BUGALHO, 2022). É importante destacar que essa aflição também se faz presente na agenda de outras democracias que integram a crescente onda do nacional populismo, a citar os Estados Unidos de Trump (EATWELL; GOODWIN, 2020).

No ocidente, a palavra *fascista* passou a ser usada para definir toda a oposição política. No entanto, a banalização desse termo oferece um risco real as democracias, que podem tornar-se incapazes de reconhecer um verdadeiro fascista quando estiverem perante a um (BUGALHO, 2022). Por essa razão, políticos como Bolsonaro e Trump não devem ser considerados fascistas, mas sim nacional-populistas que representam uma tradição de pensamento diferente a do mainstream ocidental.

Referências Bibliográficas

BUGALHO, Henry. **Bolsonaro e o Fascismo**. Editora: Amazon. 2022.

CARVALHO, Fernanda Cavassana; CERVI, Emerson Urizzi. Mais Populismo, Menos Representatividade: Monitoramento e Lógica Populista da Comunicação Política em Redes Sociais Online. **Revista Estudos Políticos**. Rio de Janeiro, Vol. 9 [N.1, pp. 86 -103 , julho de 2018.

EATWELL Roger; GOODWIN Matthew. **Nacional-populismo [recurso eletrônico] : a revolta contra a democracia liberal**; tradução Alessandra Bonruquer. -1. ed. - Rio de Janeiro : Record, 2020. recurso digital.

FARIA, Itamar. **Getúlio Vargas e o populismo**. Dissertação (Lato Sensu em Sociologia Política) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na história** / Federico Finchelstein ; [tradução Jaime Araújo]. São Paulo : Almedina, 2019.

FUKUYAMA, F. A Reply to My Critics. **The National Interest**. No. 18 (Winter 1989/90), pp. 21-28 (8 pages).

_____. Against Identity Politics: The New Tribalism and the Crises of Democracy. **Foreign Affairs**. Setembro/Outubro 2018.

_____. **As Origens da Ordem Política**: dos tempos pré-humanos até a Revolução Francesa. Trad. Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

_____. **Ordem e decadência política**: da revolução industrial à globalização da democracia. Trad. Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

_____. **The End of History and The Last Man**. New York: Macmillan, 1992.

_____. The End of History? **The National Interest**. N. 16 (Summer 1989), pp. 3-18 (16 pages).

GIROUX, Henry. "Fascism's return and Trump's war on youth". **The Conversation**, 13 de dezembro de 2017.

HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. Trad. Sergio Goes de Paula. São Paulo: Editora Ática S.A., 1994.

IZUMI, M.; MOREIRA, D.; RICCI, P. O POPULISMO NO BRASIL (1985-2019): Um velho conceito a partir de uma nova abordagem. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - Vol. 36 N° 107. São Paulo, 2021.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Trad. autorizada, mediante acordo com Baror International, da primeira edição americana, publicada por Crown Publishing, uma divisão de Penguin Random House LLC, de Nova York. Edição digital: agosto de 2018. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2018.

New Perspectives Quarterly. The "End of History" 20 Years Later. Winter, 2010.

PAPPAS, Takis S. (2016), "Are populist leaders 'charismatic'? The evidence from Europe". **Constellations**, 23, 3:378-390.

SANTOS, Fabiano; TANSCHKEIT, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. **colomb.int**. Bogotá, n. 99, p. 151-186, July 2019 .

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1938.